

ALEXANDRIA NO SÉCULO I A.C.: UMA AMEAÇA A ROMA NO MEDITERRÂNEO?

Joana Campos Clímaco¹

RESUMO: A intenção desse breve artigo é situar as relações estabelecidas entre Roma e Alexandria até o momento da conquista do Egito por Augusto em 31 a.C. Pretende-se demonstrar como alguns acontecimentos do século I a.C. envolvendo Alexandria eclodiram na mentalidade romana, e nesse sentido o Império passou a entender a cidade como alvo de atenção e de problemas. Assim, a tomada do Egito e a política adotada por Augusto ao incorporá-lo ao Império estão atreladas ao modo como concebiam Alexandria como uma potencial ameaça para Roma.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandria romana, Egito greco-romano, Ptolomeus.

ABSTRACT: The aim of this short article is to place the relations established between Rome and Alexandria until the moment of the Egyptian take-over by Augustus in 31 b.C. The intention is to demonstrate how a few happenings of the first century b.C. involving Alexandria reflected in the Roman mentality, therefore, the Empire started to view the city as a focus of attention and problems. Consequently, the conquest of Egypt and the policy adopted by Augustus to incorporate it to the Empire are related to the manner they had Alexandria as a potential threat to Rome.

KEYWORDS: Roman Alexandria, Graeco-Roman Egypt, Ptolemies.

Alexandria como ameaça ou mesmo alternativa a Roma foi um fantasma que rondou as esferas máximas de poder na cidade durante o século I a.C. Nos séculos seguintes o perigo apresentado foi mais ameno, mas nem por isso a vigília sobre o território ficou descuidada. Pelo contrário, depois de Augusto todos os imperadores mantiveram as medidas estabelecidas pelo primeiro imperador para manter o controle cerrado do Egito e deixar Alexandria pacificada. A conquista do Egito em 31 a.C. foi um momento ímpar para Roma, pois se tratava do maior e mais rico reino do Oriente, do qual fazia parte Alexandria, a segunda maior cidade do Mediterrâneo. A tomada do Egito por Augusto e sua transformação em província pode ser entendida como parte de um contexto frágil para o Império, que saía de praticamente um século de

¹ A autora é doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo e orientanda do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. A pesquisa é financiada pela FAPESP.

guerra civil, e nesse momento precisou criar formas de incorporar esse reino, rico e enorme. Porém, isso teria que ser feito de maneira a não causar resistência e turbulência, pois interessava ao novo imperador seu bom funcionamento, sua estabilidade e principalmente, a manutenção de sua produtividade, pois um terço do trigo que chegava a Roma era importado do Egito.

A relação entre Alexandria e Roma não era novidade do século I a.C., e a tomada do Egito era questão de Estado há um tempo considerável, mas até então o território tinha se apresentado como aliado ideal dos romanos. No entanto, o período tumultuado que vai desde a morte de Pompeu até a Batalha de *Actium*, que marcou efetivamente a derrota de Cleópatra e Marco Antônio, é um momento-chave na história alexandrina e em sua posição no Império Romano. Além da mudança política no Egito, a época marcou o estreitamento de relações entre Roma e Alexandria, e os embates que eclodiram desse complicado cenário, de certa forma, abalaram a mentalidade da aristocracia romana, no sentido de evidenciarem que um cuidado com a metrópole oriental era necessário. Além disso, se o final do reinado ptolomaico é marcado por uma crescente dependência do Egito ao Império, o reinado de Cleópatra representou uma tentativa de “reviravolta”, de retomada da soberania egípcia, e mesmo que a rainha não tenha saído vitoriosa, os diversos capítulos desse processo foram suficientes para intensificar a vigília sobre o Egito pelos séculos seguintes.

A aproximação com o Egito foi gradual e passou por diferentes fases até a anexação direta. No século II a.C., Roma, vitoriosa no Ocidente após as guerras púnicas, volta-se novamente para o Oriente para fortalecer seus vínculos a agradecer ao Egito por ter mantido a neutralidade nos conflitos, em um momento de declínio do reino. Brigas dinásticas, resistência de nativos e uma economia estagnada forçaram o Egito a se recolher internacionalmente. Principalmente as disputas dinásticas pelo trono levaram os Ptolomeus a apelar a Roma em busca de resoluções, e sua intervenção em casos específicos foi gradualmente transformando o Egito em um protetorado (HUZAR, 1988, p. 347).

Como os autores da época avaliam a inserção do Egito na esfera de dominação romana e o fim da era helenística? A ideia central a partir de Políbio,

depois reproduzida em autores como Diodoro da Sicília, Estrabão, Tito Lívio e Flávio Josefo é que se o início do reino helenístico (323 a.C.) é marcado pelo governo de reis benfeitores, que não mediram esforços em investir e desenvolver Alexandria e estabelecer a autoridade no Egito (Políbio. *História*, 29.24.16); já o período que se inicia no século II a.C. é descrito como uma era de caos que clamou pela presença romana.

Em 168 a.C. a intervenção do senado impediu que o rei selêucida Antíoco III, o Grande, estabelecesse um protetorado no Egito, e ajudou Ptolomeu VI Philometor a recuperar seu reino. Retirada a ameaça selêucida, a disputa por poder no Egito provocou o conflito de facções em Alexandria, exigindo novamente a intervenção romana.

No século I a.C. os problemas dinásticos se acentuaram e Roma começou a intervir progressivamente no governo egípcio. O último século de reinado helenístico foi marcado por conflitos sangrentos, que fragilizaram a autoridade da realeza e sua legitimidade no Egito. Além disso, o Egito foi se tornando dependente economicamente de Roma, já que vários territórios com os quais comercializava eram agora províncias romanas; aos poucos o Egito foi se submetendo ao seu controle direto (MARLOWE, 1971, p. 150). Roma aproveitou esse momento de fraqueza para estreitar os laços com o reino, através de empréstimos e da intromissão em questões “nacionais”, transformando o Egito em um território dependente e endividado. Assim, os Ptolomeus conseguiram continuar governando com o amparo dos romanos, o que foi o primeiro passo para o fim de três séculos de monarquia helenística.

Em 80-81 a.C. Ptolomeu X Alexandre I publicou um testamento designando Roma como herdeira do Egito e de Chipre. Livia Capponi argumenta que nesse momento a perspectiva da tomada do Egito se tornou questão de debate público, tanto em Roma quanto em Alexandria, e a anexação só não ocorreu nessa época, pois não se chegava a um acordo em Roma a respeito de quem era o candidato mais adequado para o comando do Egito (CAPPONI, 1975, p. 5).

A guerra civil aumentou a competição pelo Egito, pois generais gananciosos começaram a ambicionar o seu apoio em disputas no Oriente. Quando egípcios e alexandrinos perceberam que Ptolomeu VII Auletes estava agindo como um mero fantoche dos romanos, o expulsaram do trono, pois

começavam a nutrir uma antipatia pela arrogância e demandas crescentes de Roma (HUZAR, 1988, p. 347). Após ser banido em 59/58 a.C., Auletes buscou refúgio em Roma, comprou o reconhecimento romano como rei do Egito por 6 mil talentos e tornou-se seu aliado, retornando ao trono somente em 55 a.C. por intermédio do procônsul da Síria, o general Aulus Gabínio. Uma embaixada alexandrina foi a Roma protestar contra o retorno do rei, mas acabou massacrada. Essa foi a primeira tentativa de resistência de alexandrinos a intervenções romanas e uma importante manifestação contra a autoridade do rei, e contra a decisão romana de restituí-lo ao cargo, ou seja, trata-se de uma resistência dupla (à sua realeza, mas também à Roma). Se até então os alexandrinos estavam passivamente aceitando as intromissões romanas, pois seus próprios reis não tinham autoridade e punho para governar, talvez essa tenha sido uma primeira tentativa de resistência pelo povo.

Escrevendo nesse contexto em que a tomada do Egito era uma questão de Estado urgentíssima, o relato de Cícero talvez seja o mais ilustrativo da importância do assunto, o que em vida ele nem teve tempo de ver acontecer efetivamente (*Carta a seus amigos*: 1.7.4-5). Cícero parece muito encantado com o Egito, mas ao falar dos alexandrinos deixa claro seu desprezo pelo modo como viviam (*Pro Rabírio Póstumo*: 12.35). Sua principal preocupação parece ser de ordem econômica, pois com mais frequência menciona a riqueza do Egito e o quanto ter controle disso era imprescindível para Roma (*De Lege Agraria Contra Rullum*: I.-III 2.16-17). Menciona até uma preocupação de os cidadãos romanos começarem a deixar a capital, atraídos pela fertilidade e abundância do Egito; ele mesmo verbaliza em inúmeros momentos a vontade que tinha de conhecer o local (*Epistularum Ad Atticum*: 2.5.1.). O arqueólogo Jean-Yves Empereur afirma que Cícero ilustra bem o surgimento de uma obsessão por parte dos líderes romanos pela ameaça representada por Alexandria (EMPEREUR, 1998, p. 12 e 13).

As preocupações com a guerra civil entre Júlio César e Pompeu deixaram o Egito livre da incorporação romana por mais algum tempo (MARLOWE, 1971, p. 163). No entanto, o fim da guerra civil, com a morte de Pompeu em Alexandria, alterou a “amizade” selada com o Egito até então. Na iminência de perder a guerra civil para César, Pompeu se refugiou em Alexandria, confiante

na dívida que a cidade tinha com ele pelo apoio concedido ao Ptolomeu anterior (Ptolomeu VII Auletes). No entanto, acabou sendo assassinado a mando da realeza, consciente do perigo de tomar partido de Pompeu, numa guerra que já parecia vitoriosa para César. Assim, aparentemente a medida drástica teve a intenção de confirmar o apoio dos alexandrinos ao lado de César na guerra, mas foi entendida por ele como uma afronta terrível. Ou seja, apesar de Pompeu ser seu inimigo na guerra, o ocorrido foi entendido como uma tremenda ousadia dos alexandrinos e como uma intromissão indevida em assuntos de Estado, levando César a se vingar dos encarregados do assassinato e a ficar em Alexandria para resolver os impasses de questões dinásticas, o que acabou levando à guerra.

A grande questão, que intriga muitos autores como Cícero, o autor do *Bellum Alexandrinum* (3.1.1) e Suetônio (*César*: 35) é por que César não tomou posse do Egito naquele momento em que todo o cenário estava ordenado a seu favor? Percebe-se a ansiedade representada pela conquista do território, que se já era importante pela riqueza e produtividade, começou a representar nesse contexto também um foco de problemas e de desafio ao Império. É provável que um motivo que tenha colaborado para adiar a tomada do Egito tenha sido a aproximação de César com Cleópatra. John Marlowe afirma que Cleópatra conseguiu frear a anexação do Egito ao controle direto de Roma sem a necessidade de fazer guerra e que suas atitudes e seu caso com César serviram para garantir ao Egito uma situação amigável com os romanos (MARLOWE, 1971, p. 174). Pensamos que apesar de César ter vencido a guerra, após o conflito ele teve consciência da força e grandeza da multidão alexandrina e de sua resistência a se submeter a autoridades. Assim, tomá-la nessa conjuntura seria ainda mais motivo de alvoroço e, portanto, não seria uma atitude prudente. Ou seja, provavelmente para manter a ordem, esse momento tenha sido adiado. Além do risco de entregar esse reino tão populoso a algum governante ousado, que se quisesse poderia transformá-lo facilmente em foco de oposição ao Império.

Se a morte de Pompeu representou para os romanos uma conscientização de que algum cuidado com o Egito era necessário, a relação entre Cleópatra e Marco Antônio, um dos desencadeadores da guerra com Otávio (entre 39 e 31 a.C.), forneceu a certeza que faltava. Ou seja, nesse momento podemos falar de

uma ameaça realmente palpável para os romanos. Esse contexto é sem dúvida o que mais atenção recebeu dos historiadores contemporâneos ao se falar de Alexandria. Acreditamos que nesse período o Império realmente se percebeu em vias de fragmentação, daí a preocupação dos autores da época como Plutarco (*Vidas Paralelas*, Antônio) Suetônio (*Augusto*: 17) e depois Dion Cássio (*História Romana*: 49-50), em relatar extensivamente esse cenário único e em atribuir todo o seu peso à ousadia de uma mulher, que “escravizou” Marco Antônio, um romano fraco e vulnerável e que se tornou seu fantoche pela paixão que sentia pela rainha. Essa é a visão firmada a partir de Plutarco, a narrativa mais extensa, detalhada e sem dúvida mais emotiva sobre o casal polêmico. Até que ponto a atitude de Marco Antônio foi assim tão passiva e ditada por Cleópatra? Ou tratou-se de uma parceria calculada, que realmente tinha a intenção de abalar a amplitude da estrutura imperial? Os relatos sobre Cleópatra falam do ponto de vista romano e são extremamente negativos à rainha, o que impede a análise para além do “caso de amor” entre a egípcia e o romano. Assim, o projeto político maior pretendido por ambos nos escapa, justamente pela natureza parcial das fontes.

Jean Bingen explica que os ganhos territoriais obtidos por Cleópatra foram enormes (materialmente e para assegurar o prestígio dos Ptolomeus) e suas negociações com os romanos foram importantes para reconciliá-la com os alexandrinos. Ela e Antônio apareciam como soberanos de todo o Império, e o Egito era “aliado” e não mais apenas “tributário” de Roma. Provavelmente Cleópatra pretendia construir um “império egípcio”. Para salvar seu reino a rainha sabia que precisava de um apoio sólido, e Antônio já tinha demonstrado se interessar pelas riquezas do Egito, principalmente se ele quisesse fazer do Oriente do Mediterrâneo uma plataforma para sua conquista de Roma (BINGEN, 2007, p. 48). Assim, pretendia-se mais do que a retomada da soberania egípcia perdida pelos últimos Ptolomeus, mas por meio da parceria com Marco Antônio, tentou-se abalar a hegemonia romana no mediterrâneo.

Frank Goddio e André Bernand consideram que o sonho de Cleópatra era restaurar o reino dos Ptolomeus e evitar que o Egito se submetesse a Roma, e, além disso, governar todo o Império Romano a partir de Alexandria. E foi por essa ambição que ela faliu. Antônio também foi para o Egito com a intenção de

romper com Roma e pretendendo restaurar o reino dos Ptolomeus, ao invés de torná-lo província, como César queria dez anos antes (GODDIO & BERNAND, 2004, p. 107). Percebe-se como a historiografia atribui às atitudes de Antônio um papel mais ativo e consciente e acredita que Antônio não deve ser visto como mero “apêndice” de Cleópatra, mas que ele tinha sim todo o interesse nessa parceria com a rainha egípcia.

O relato de Dion Cássio (*História Romana*: 50.25-27) enfatiza mais que o de Plutarco a “orientalização” de Antônio, e demonstra como isso foi usado por Otávio como um dos fatores para influenciar a opinião pública. A propaganda romana contra Antônio enfatizou sua adoção de um modo de vida extravagante e típico dos orientais, embora pouco apropriado para um romano. No entanto, Bingen acredita que o mais escandaloso em Roma não eram os hábitos liberais de Cleópatra, pois na capital podia se encontrar muitos casos semelhantes, mas o fato de ser uma mulher no comando, dado o sistema estritamente patriarcal de poder romano (BINGEN, 2007, p. 45). Acredito que o mais grave em Roma, fato usado intensamente por Otávio para ganhar a opinião pública contra o casal, foram as terras concedidas ao Egito (antigas terras dos Ptolomeus, anteriormente incorporadas por Roma), e os filhos que Antônio teve com a rainha, vistos como possíveis herdeiros das possessões romanas.

O destino do Egito foi selado com o suicídio de Marco Antônio e depois de Cleópatra, e o assassinato de Cesário (filho de Júlio César) a mando de Otávio. Este era mais temido como seu meio irmão por adoção do que como último rei do Egito. A conquista de Otávio representou o fim dos reinos helenísticos que tinham dominado o Oriente por trezentos anos, e o ptolomaico era dentre eles o mais forte, estruturado e aparentemente estável (se comparado à fragmentação e as perdas territoriais dos outros reinos helenísticos).

Ao incorporar o Egito após vencer a batalha de *Actium*, cabia a Otávio, que se tornou Augusto, pensar em medidas que facilitassem a convivência com aquele território tão especial e ao mesmo tempo problemático. As medidas peculiares instituídas por ele mostram o anseio que ainda tinha de a província se tornar um foco de oposição ao Império (BOWMAN, 1992, p. 110). A começar pela presença fixa de três legiões do exército romano no país, acabando com qualquer tipo de resistência que poderia estar se formando (SARTRE, 1994, p.17).

Logo após *Actium*, Augusto passou meses no Egito, durante os quais ele implantou algumas de suas reformas. Nomeou Cornélio Gallus, seu amigo pessoal, como prefeito de Alexandria e introduziu festivais em Roma comemorando a queda da cidade (HUZAR, 1988, p. 352). A conquista de Otávio foi vista como uma vitória sobre o Oriente, mas mesmo vitorioso, considero que esses acontecimentos na esfera política foram decisivos, no sentido de confirmarem ao poder imperial que era mesmo necessário estar mais atento a essa metrópole oriental.

Como vimos, a vitória de Augusto foi a oficialização de um projeto intensificado no século I a.C. Nesse momento é notável a presença de intelectuais alexandrinos que se deslocaram para Roma para ensinar. Assim, um conhecimento recíproco dos dois territórios já estava em curso. Muitos romanos proeminentes foram progressivamente se envolvendo em questões egípcias também antes da conquista, o que talvez tenha sido um dos motivos que levou Augusto a posteriormente proibir a presença de senadores no Egito (CAPPONI, 1975, p. 9). Augusto proibiu a entrada da elite romana no país, provavelmente devido ao receio de surgir outro rival com ambições imperiais, além do perigo de outro, que não o imperador, controlar o fornecimento do trigo egípcio a Roma (SARTRE, 1994, p. 456). Qualquer pessoa que pretendesse se instalar em Alexandria ou em qualquer outra metrópole do Egito deveria requerer a autorização do imperador. A prefeitura e todos os postos mais importantes foram ocupados por romanos da ordem equestre, nomeados diretamente pelo imperador. Diferente das outras metrópoles helenizadas do Egito, a Alexandria não foi permitida a posse de uma *Boulé*, assim, seus cidadãos não tinham autonomia para decidir sobre questões cívicas mais complexas. Além disso, foram introduzidos sofisticados instrumentos para redefinir o *status* da população, através de censos que repercutiriam diretamente na cobrança de impostos.

Além das mudanças administrativas introduzidas no Egito, deve-se mencionar a simbologia de *Actium*, e como Augusto se aproveitou de sua vitória para firmar sua imagem e se legitimar como imperador. No local em que venceu Antônio e Cleópatra fundou uma cidade, chamada Nicópolis, a cidade da vitória. Muitos monumentos egípcios foram levados a Roma como prêmios de guerra. O

imperador tentou de todas as formas apagar a memória de Marco Antônio, mandando derrubar todas as suas estátuas. O edifício de *Cesareum*, que Cleópatra estava construindo em homenagem a César, Augusto concluiu, mas aparentemente para dedicá-lo ao seu próprio culto, pois ele se tornou o local de culto a Augusto e seus sucessores (EMPEREUR, 1998, p. 112).

Por outro lado, apesar da vontade de Augusto, os acontecimentos ali ocorridos repercutiriam por séculos, uma prova disso é a adoração de Cleópatra no Egito até o século IV d.C. Cultos egípcios como o de Isis e Serápis também se espalharam pelo Mediterrâneo no período romano (BINGEN, 2007, p. 35). Esses fatos não representam de certa forma resquícios do projeto de Cleópatra?

Mesmo que os romanos tivessem consciência da dificuldade de outra cidade substituir Roma na prática, percebe-se que uma remotíssima possibilidade já causava algum tipo de apreensão e tal preocupação realmente rondou os romanos por algum tempo. Acredito que esses episódios pontuais ocorridos em Alexandria confirmaram aos romanos que a cidade deveria mesmo ser foco de atenção e cuidado. O fato de uma rainha egípcia ter conquistado dois romanos, e, além disso, ter lhes deixado herdeiros causava apreensão. Cleópatra conseguiu que um romano traísse sua própria pátria, se rendesse aos seus encantos e ficasse cada vez mais seduzido pelo Oriente. O que aconteceria se outros resolvessem seguir o exemplo de Marco Antônio?

Bibliografia

Fontes

CAESAR. *Alexandrian War. African War. Spanish War*. 1 vol. Cambridge: Harvard University Press, 1955. (The Loeb Classical Library).

CICERO. *Letters to Atticus, Letters to his Friends, Opposing the Agrarian Laws proposed by Rullus, On Behalf of Gaius Rabirius*. Cambridge: Harvard University Press, 1913-2010. (The Loeb Classical Library).

CASSIUS DIO. *Roman History*. 9 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1995. (The Loeb Classical Library).

DIODORUS SICULUS. *Library of History*. 12 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1963- 1983.

LIVY. *History of Rome*. 14 vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970 (The Loeb Classical Library).

PLUTARCH. *Moralia*. 17 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1924-2004 (The Loeb Classical Library).

_____. *Lives*. 11 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1914-1926. (The Loeb Classical Library).

POLYBIUS. *The Histories*. 6 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1925-2011. (The Loeb Classical Library).

STRABO. *Geography*. 8 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1927- 1954.

SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. 2 vols. . Cambridge/ London: Harvard University Press, 1914 (The Loeb Classical Library).

Obras gerais

BINGEN, Jean. *Hellenistic Egypt: Monarchy, society, economy, culture*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2007.

BOWMAN, Alan K. e RATHBONE, Dominic. "Cities and Administration in Roman Egypt" in: *The Journal of Roman Studies* 82, 1992. Pp. 107-127.

CAPPONI, Livia. *Augustan Egypt: The Creation of a Roman Province*. New York and London: Routledge, 1975.

EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria rediscovered*, London: Harcover, 1998.

GODDIO, Frank & BERNAND, André. *Sunken Egypt: Alexandria*. London: Periplus Publishing, 2004.

HUZAR, Eleanor G. "Augustus, Heir of the Ptolemies" in: HAASE, Wolfgang e TEMPORINI, Hildegard. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. Pp. 343-382.

MARLOWE, John. *The Golden Age of Alexandria*. London: Victor Gollancz, 1971.

SARTRE, Maurice. *El Oriente Romano. Provincias y sociedades provinciales del Mediterráneo Oriental. De Augusto a los Severos (31a.C. – 235 d.C.)*. Madrid: Akal Ediciones, 1994.